

Política externa brasileira para Guiné-Bissau: uma análise na perspectiva técnica e educacional (2000- 2010)

Eliseu Oliveira¹
Carlos Subuhana²

RESUMO

O presente trabalho intitulado - “*Política Externa Brasileira para Guiné-Bissau: Uma Análise na Perspectiva Técnica e Educacional (2000 - 2010)*”, tem como objetivo identificar e compreender as políticas externas do Brasil para com a Guiné-Bissau, na perspectiva técnica e educacional. O procedimento teórico e metodológico utilizado para a redação deste artigo se deu por meio da pesquisa bibliográfica, da natureza qualitativa, na qual, leva-se em consideração várias abordagens de autores e de pesquisas que vêm debatendo a questão de políticas externas para África, em particular Guiné-Bissau, fundamentando-se em autores como Lancaster (2007), Mbunde (2018), Rizzi (2012), Freire e Vinha (2011), Tomazini (2017), dentre outros. Conclui-se, a partir do estudo, que no âmbito das relações de cooperação Sul-Sul, o Brasil é um dos principais atores entre os membros da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP) e, igualmente, um parceiro gigantesco da Guiné-Bissau no plano da cooperação internacional para o desenvolvimento, pois este último é um dos principais beneficiários dessa cooperação, sobretudo a partir da sua aceleração em 2000.

PALAVRAS-CHAVE: Brasil Guiné-Bissau; políticas externas; cooperação Internacional para o Desenvolvimento.

¹ Graduando em Administração Pública, pelo Instituto de Ciência Sociais Aplicada da Universidade da integração internacional da lusofonia Afro-brasileira. E-mail: oliveiraeliseu11@hotmail.com

² Doutor em Serviço Social (PPGSS/ESS/UFRJ); Pós-doutor em Antropologia (DA/USP); Professor Adjunto da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). E-mail: subuhana@unilab.edu.br

1 INTRODUÇÃO

Após o término da segunda guerra mundial, isto é, depois de 1945, a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento – CID, não só vem sendo estudada no sentido de compreender as dinâmicas do desenvolvimento internacional, como também, passou a exercer um papel fundamental, enquanto instrumento da política externa dos países, tanto para a internacionalização de suas práticas de governança, quanto para a projeção das suas respectivas estratégias.

Contudo isso, frisa Lancaster (2007), que a Guerra fria se constitui a maior responsável pela consolidação das suas práticas como ação das políticas externas dos Estados, ou seja, para esse autor, não haveria a institucionalização da cooperação internacional para o desenvolvimento se não houvesse a guerra fria. Isso porque, os Estados Unidos, como o primeiro, e durante muito tempo, o maior doador internacional, talvez não teria sequer iniciado programas de cooperação internacional ou pressionando outros governos para fazerem o mesmo.

Ao falar desse período, Mbunde (2018) alerta que, não se pode deixar de lado, as experiências da cooperação leste sul – CLS, que se manifestaram no contexto da Guerra fria, especialmente o apoio da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS, às nações denominadas de “terceiro mundo”, em particular as práticas de ajuda militar, logística e financeira aos movimentos da independência africana. Essa ação de cooperação, segundo mesmo autor, foi uma ferramenta estratégica para os objetivos das políticas externas de URSS, para com aquela outra parte do mundo.

De acordo com Mbunde (2018), desde os primórdios, a CID declama-se como uma ferramenta das políticas externas, quer na cooperação norte sul – CNS,³ quer na cooperação leste sul – CLS, assim como na cooperação sul – sul – CSS, na qual integra 02 (dois) países que, obviamente constitui o foco principal desse estudo – Brasil e Guiné-Bissau.

Nos escritos de Rizzi (2014), compreende-se que, período antes da independência Guiné-Bissau, o Brasil já havia estabelecido, em 1961, um consulado em Bissau, no qual estava subordinado ao consulado geral de Lisboa. Na percepção dessa autora, esse fato se constitui um elemento histórico importantíssimo. Todavia, as relações oficiais entre esses 02 (dois) países, só tiveram início quando o país africano alcançou a independência e a soberania nacional.

Nesse particular, Mbunde (2018) mostra que o marco político – diplomático inaugural desse processo, foi no ato de reconhecimento da soberania da Guiné-Bissau pela República Federativa do Brasil, em 18 de julho de 1974, configurando assim, num dos primeiros Estados a reconhecer a independência da ex – colônia portuguesa. Aliás, é possível ainda perceber nos escritos desse autor, que o início de ano 2000, se representa assim, um período da maior aceleração da cooperação internacional para o desenvolvimento, do Brasil em direção a África, especialmente a Guiné-Bissau.

³ CNS, trata-se da cooperação, entre países de ocidente e os chamados países de terceiro mundo, marcada por verticalidade.

Essa observação, nos impende a questionar: O que tem vindo a ser, de 2000 a 2010, as políticas externas do país latino – Americano para com esse país Africano, particularmente no campo técnico e educacional?

A pretensão de encontrar a resposta da questão acima, propomos como objetivo deste artigo, identificar e compreender a política externa do Brasil para com a Guiné-Bissau, na perspectiva técnica e educacional, entre o período de 2000 a 2010.

Diante disso, o presente artigo justifica-se pela sua relevância social e acadêmica. No âmbito social, vai proporcionar uma oportunidade para que as 02 (duas) sociedades (brasileira e guineense), e outras, depreendam do que foi a política externa do País latino americano, para esse país africano, de 2000 a 2010, particularmente na seara técnico e educacional. Ademais, o mesmo vai propiciar no ambiente acadêmico a ampliação da temática, na matéria das políticas externas e, por outro lado, servir como um material de consulta e de apoio reflexivos, onde vai somando com outros estudos teóricos já desenvolvidos sobre o tema em pauta.

De ponto de vista estrutural, dividimos o presente artigo, em 05 (cinco) partes, sendo que, além da introdução, começamos o mesmo com um enquadramento teórico referencial, subdividido em 05 (cinco) partes. Na primeira e segunda parte, discutimos sobre o conceito das relações internacionais e a política externa, como forma de entender diferentes olhares dos teóricos sobre esta matéria; na terceira, falamos da cooperação internacional para o desenvolvimento, enquanto instrumento das políticas externas e, na quarta parte, falamos da Cooperação Sul-Sul onde se integram os 02 (dois) países em estudo e na quinta parte fizemos uma análise das retrospectivas histórica das Relações entre o Brasil e a Guiné-Bissau para, assim, poder entender melhor o período em estudo. Na seção subsequente, descrevemos os procedimentos metodológicos, que possibilitaram a concretização desse trabalho e, por fim, apresentamos as nossas considerações finais e referências bibliográficas. Como podem ver, de forma resumida no quadro -1, em baixo:

Quadro - 1: Estrutura de trabalho

Iª Parte	Introdução	
IIª Parte	Fundamentação Teórica	Relações Internacionais
		Política Externa
		Cooperação Internacional, enquanto Instrumento de Política Externa
		Cooperação Sul – Sul
		Retrospectiva Histórica das Relações Entre o Brasil e a Guiné-Bissau
IIIª Parte	Procedimento Metodológico	
IVª Parte	Considerações Finais e Investigações Futuras	
Vª Parte	Referências Bibliográficas	

Fonte: Elaborado pelo autor.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

As principais questões teóricas, que focamos neste trabalho são: Relações Internacionais (RI), Política Externa (PE), Cooperação Internacional Para o Desenvolvimento (CID), enquanto Instrumento de Política Externa, Cooperação Sul-Sul (CSS) e a Retrospectiva Histórica das Relações Entre o Brasil e a Guiné-Bissau. Entretanto, essa escolha e/ou decisão, se justifica, em função dos propósitos da pesquisa.

Relações internacionais – RI

Existe uma concordância de que, essa expressão, relações internacionais, significa os contatos dos povos e Estados, por meio das fronteiras nacionais (HARTMANN, 1962). Contudo isso, o marco preponderante nela, enquanto arena da ciência política, se vê, na definição e na explicação das relações dos Estados, sob orientação dos respectivos interesses. Não obstante, Hartmann (1962) nos lembra que, a natureza dos propósitos e interesses nacionais, é tal que nessas relações entre povos, ocorre um misto de conflito e cooperação que vai envolver paz e guerra, amizade e inimizade.

Esse fato, no entanto, leva alguns autores, como por exemplo Morgenthau (1959) a conceber relações internacionais, como a totalidade dos fenômenos sociais que ultrapassam as fronteiras nacionais. Mas, o mesmo autor, ainda vai considerar a própria expressão *internacional*, como ambígua, isso porque, em muitas ocasiões, ela se focaliza apenas em alguns dos muitos fenômenos sociais envolvidos, nesse caso, autor refere o fenômeno político e/ou econômico. Aliás, Harold Sprout et al (1962), fizeram a mesma consideração, no trabalho intitulado “*Foundation of international Politics*”. Para esses autores, o conceito das relações internacionais é impreciso, uma vez que, em alguns momentos é aplicado exclusivamente a transações entre comunidades políticas organizadas, quer se denominem Estados Nacionais, quer simplesmente Nações ou Estados. Ademais, os autores ainda apontam outra ambiguidade da expressão, na medida em que ela, por vezes designa negociações intergovernamentais, privilegiando aquelas que impliquem conflitos de propósitos ou de interesses. Para esse tipo de relações, segundo os autores, seria preferível a expressão política internacional.

Nessa ocasião, Jubran et al (2015), no seu interessante artigo intitulado “*Relações internacionais: conceitos básicos e aspectos teóricos*”, salientam que, ao tratar dos assuntos internacionais é possível abrir, ainda, espaço para a abordagem de outros 02 (dois) conceitos importantes das Relações Internacionais, quais sejam, soberania e recursos de poder.

No que tange a soberania, esses autores mostram que isso tem a ver com a legitimidade política e territorial do Estado, sobre suas ações no âmbito doméstico e internacional. Desse modo, o conceito de soberania trata do exercício da autonomia do Estado sobre a condução de sua política interna ou externa, assim como seus efeitos sobre a dinâmica do sistema internacional como um todo.

No âmbito dos recursos de poder, Jubran et al (2015), mostram que isso se trata das capacidades dos Estados em exercer seu poder soberano dentro e fora de suas fronteiras nacionais. Ademais, os autores ainda mostram que, nas relações internacionais - RI, o exercício do poder diz respeito ao gerenciamento das capacidades assimétricas dos países dentro do sistema internacional, seja por meio da coerção *Hard Power* (Poder Duro), da influência *Soft Power* (Poder Brando) ou da combinação dos ambos.

E essa capacidade de combinação dos dois poderes, levou alguns estudiosos das RI, a exemplo de Arrighi (1996), a entender que o sistema internacional pode operar sob a lógica da hegemonia, isto é, a capacidade de um Estado soberano exercer, simultaneamente, seu poder de coerção e de liderança moral e intelectual no núcleo do sistema internacional. Arrighi, ainda mostra que o país hegemônico mobiliza esse poder, por meio da possibilidade ou ameaça de uso combinado de seus recursos de poder (território, população, recursos naturais, tecnologia, exércitos, finanças) com o fim de garantir o consentimento dos demais Estados em relação às suas políticas dentro do sistema internacional. Em virtude disso, consideram os realistas neoclássicos, que os Estados usam os seus poderes para dirigir o sistema internacional, conforme os objetivos e as suas preferências. Por essa razão, essa corrente considera que a política externa de qualquer Estado resulta dos fatores internos, onde os estados mais poderosos perseguem as políticas externas mais abrangentes (ROSE,1998).

Políticas Externa – PE

Para Freire e Vinha (2011), o período pós segunda guerra mundial, foi extremamente determinante para o início da análise da política externa, enquanto abordagem teórica distinta. Porém, essa afirmativa nos induz ao seguinte questionamento: *Afinal, o que se entende por política externa?*

Diversos são autores que vão se debruçando sobre essa definição. Por exemplo, nos escritos de Rosati (1994), compreende-se a política externa como conjunto de objetivos, estratégias e instrumentos escolhidos pelos responsáveis governamentais pela formulação política para responder ao ambiente externo atual e futuro. Hermann (1990), por sua vez, diz que se trata de um programa orientado para a resolução de objetivos ou de problemas elaborados pelos decisores políticos com autoridade (ou seus representantes), direcionado a entidades externas à jurisdição dos responsáveis pela formulação política.

Nessa disputa, Hudson e Vore (1995) vai definir a política externa como o sistema de atividades desenvolvidas pelas comunidades para modificar o comportamento de outros Estados e para ajustar as suas próprias atividades ao ambiente internacional. Enquanto isso, Rosenau (1969) define-a como esforço de uma sociedade nacional para controlar o seu ambiente externo pela preservação das situações favoráveis e a modificação das situações desfavoráveis. E, ainda, segundo esse autor, percebe-se que a mesma é composta pelos interesses estratégicos de cada Estado para proteger os interesses nacionais e atingir os seus objetivos por meio das relações internacionais (RI).

Ao se fazer uma análise das definições expostos acima, compreende-se que todas elas contemplam um conjunto de preceitos e suposições, que permitam, não somente frisar o papel das autoridades estatais como atores excepcionais nas formulações das políticas externas, mas também, como atores da expansão intencional das ações políticas.

Na percepção de Freire e Vinha (2011), os conceitos acima expostos apresentam vícios de restrições e/ou limitações. Essas limitações se tornam visíveis na medida em que não contempla outros atores como agentes ativos na política internacional. Gente esses, por exemplo no âmbito supra estatais – Organizações das nações Unidas – ONU ou a União Europeia – UE e no âmbito infra estatais a Organizações Não Governamental – ONGs. Distaste, propõem outra definição que procura ser, um pouco mais abrangente, como forma de transpor lacunas registradas. Segundo elas, entende-se por política externa o conjunto de objetivos, estratégias e instrumentos que decisores dotados de autoridade escolhem e aplicam a entidades externas à sua jurisdição política, bem como os resultados não intencionais dessas mesmas ações.

Cooperação Internacional para o Desenvolvimento - CID, enquanto instrumento da política externa

A guerra fria (1947 - 1991) foi determinante na consolidação e clarificação da relação entre cooperação internacional para o desenvolvimento (CID) e a política externa. De recordar que a primeira sempre se configurou como a *desktop* da segunda (HAYTER, 1971 apud MBUNDE, 2018). Os dois autores citados mostram que ao longo da bipolaridade do mundo, as 02 (duas) hiperforças lançaram mão da CID, como forma de oportunizar os seus propósitos estratégicos e geopolíticos. A partir daí a CID se sobressai como um dos instrumentos de política externa privilegiada no memento.

É importante lembrar que já havia experiência de ajuda externa no período antes da Guerra fria, certamente durante a vigência da situação colonial. Contudo, as suas oficializações, como CID, vêm ocorrendo apenas no período pós segundos Guerra Mundial, com arremesso do plano Marshall, que consiste na reconstrução das infraestruturas e da economia europeia, vitimada em razão da guerra (MBUNDE, 2018; MARTINUSSEN; PEDERSEN, 2003).

Ainda, impende-se destacar que, houve alguns reptos significativos desenvolvidos ao longo da implementação da CID. Esses desafios, não apenas estão atrelados aos fatores como as formas de promoção dos diferentes aspectos do desenvolvimento nos países receptores, como também à definição e implementação de mecanismos de gestão que contribuam para incrementar a eficácia da cooperação (TOMAZINI, 2017). Tomazani argumenta que a CID se caracterizou, inicialmente, pela verticalidade da relação entre doadores e receptores, fato que constitui uma tamanha crítica, por parte dos países em desenvolvimento (PED), especialmente Brasil, que pretendiam estabelecer cooperação de caráter horizontal entre si, denominada posteriormente como Cooperação Sul-Sul - CSS.

Mas, uma ideia importante que pode ser resgatada nos escritos de Mbunde (2018), é que, independentemente de ser Cooperação Sul-Sul, Cooperação Norte - Sul ou Cooperação Leste - Sul, a concepção “ontológica e

epistemológica” da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, enquanto instrumento da política externa é irremissível, ou seja, é uma particularidade inerente da sua origem. Por isso, defende esse autor que, a união da CID à política externa é uma exigência congênita da própria existência e emergência histórica da cooperação internacional, independentemente de modelo em questão.

Cooperação Sul-Sul – CSS

Falando a ideia da Cooperação Sul – Sul, política essa que emergiu nos meados da década de 1950, período em que ocorreram vários eventos que versaram a discussões sobre os interesses e problemas em comum dos países recém- independentes com os países Asiáticos, por exemplo (HELENO, 2014; LEITE, 2011). Foram esses eventos que culminaram na conferência de Bandung (Indonésia), do dia 18 até 24 de abril de 1955.

Segundo Leite (2011), a referida conferência contou com a presença de 29 (vinte e nove) países africanos e 42 (quarenta e dois) países da Ásia. Sendo assim, a conferência é considerada, até hoje, um marco no despertar das populações dominadas economicamente pelo Norte – PED. A partir desse momento, segundo essa autora, esses países passaram a agir de forma coletiva na política internacional, defendendo uma agenda própria e totalmente diferente daquela que era subordinada pelos países dominantes. Ainda, apontou que a mesma inspirou o movimento dos países não alinhados, além de proporcionar neles a reflexão sobre o contexto da luta contra a dominação política e econômica do Norte contra Sul, fazendo com que os intelectuais, políticos e a sociedade civil, como um todo, da Ásia, da África e da América latina, comessem a construir uma identidade particular que traduzisse suas experiências como comuns aos povos do sul.

No olhar holístico de Souza e Silva (2017), havia vários componentes que uniam esses povos, como, por exemplo, a colonização, o racismo e a exploração econômica que sofreram e ainda sofrem, por parte dos países Norte. Segundo elas, o primeiro componente se constitui num fator responsável pelo tardio desenvolvimento dos países do sul, fatos que começaram a mudar a partir, por exemplo, da “*cooperação Sul - Sul*”, política que se baseia em princípios de solidariedade, igualdade e soberania entre todos países envolvidos, de forma a travarem a luta pelo respeito aos direitos humanos e pela condenação do racismo.

Nessa mesma linha de raciocínio, Edmondson (2010) observa que a cooperação Sul – Sul e a cooperação solidária são duas categorias sociais que reivindicam a construção de uma nova ordem mundial econômica, que tinha como eixo central, a humanização das sociedades. É neste contexto que o Brasil construiu uma política externa, na qual, os países da América Latina e da África, em particular dos PALOP, passaram a ocupar lugar de destaque (EDMONDSON, 2010; PUENTE, 2010).

Correia (2010) diz que, inicialmente, a cooperação Sul – Sul não era vista como uma multiplicação da CID, mas que, devido aos seus resultados alcançado, por meio de desenvolvimento dos países membros, em variadíssimas áreas, que não engloba, apenas as da economia e/ou da política,

como também técnicas, acabou favorecendo a cooperação internacional entre os mesmos países.

Retrospectivas Histórica das Relações entre o Brasil e a Guiné-Bissau

Importa-se destacar que a melhor compreensão da política externa brasileira para com o país africano, de 2000 a 2010, passa necessariamente pela compreensão de como começou e desdobrou as suas relações, isto é, compreender o período anterior ao definido no recorte do trabalho.

Segundo os dados da ABC, o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau foi assinado em 18 de maio de 1978, com o objetivo de favorecer a abertura de novas oportunidades para a cooperação bilateral em temas definidos como prioritários pelos governos dos dois países.

Entretanto, importa lembrar que, antes desse ato de reconhecimento, o país latino americano, já havia enviado, por meio de uma nota oficial do Itamaraty, a saudação de tamanha exaltação a independência da Guiné-Bissau, onde diz assim: *“A incorporação de uma nova irmã da língua portuguesa da comunidade internacional é recebida com particular satisfação pelo governo do Brasil”* (RIZZI, 2012, pag. 122).⁴ Essa mesma autora, ainda aponta que, por ocasião da XXIX Assembleia das Organizações das Nações Unidas – ONU, o Brasil, através do seu então titular das pastas das relações externas, o Chanceler Antônio Francisco Azeredo da Silveira discursou, fazendo referência a este país africano, onde afirma o seguinte:

Como ministro das Relações Exteriores do Brasil, e como brasileiro, nada me poderia proporcionar maior satisfação do que saudar o ingresso, nesta Organização, de um novo país africano e de língua portuguesa, ao qual nos sentimos ligados, pois, pelos vínculos do sangue e da cultura. Esses laços constituem o penhor mais forte da estreita e fecunda amizade que certamente unirá os nossos dois povos. (SILVEIRA, 2018, p. 48.)

Nos escritos de Mbunde (2018), pode perceber que, menos de dois (02) meses, após o ato de reconhecimento, o Brasil instalou, em 13 de setembro de 1974, a sua embaixada no território guineense.⁵ No ano seguinte, em agosto de 1975, Vitor Saúde Maria, na qualidade de chefe máximo do ministério dos negócios estrangeiro da Guiné-Bissau, foi, pela primeira vez, recebido pelo Chanceler Antônio Francisco Azeredo da Silveira, na qual, o titular da pasta dos negócios estrangeiro do país africano, foi condecorado com os emblemas de

⁴ Segundo Mbunde (2018), o Brasil foi um dos primeiros países a reconhecer a independência da Guiné-Bissau em 18 de julho de 1974.

⁵ Vale lembrar que desde o ano de 1961, o Brasil, já havia estabelecido um consulado em Bissau, época em que o país africano, ainda estava sob domínio da colônia português. Ou seja, essa instituição diplomática estava subordinada ao consulado geral de Lisboa. Contudo, a oficialidade das relações, entre os dois países (02), vem sendo verificada, desde o período em que o país situado na costaidental da África, conhecido como Guiné-Bissau, conquistou a sua independência.

“Grã-cruz da ordem do Cruzeiro do Sul”. Esse autor, ainda continua mostrando que, ano depois, isto é, de 22 de março a 2 de abril de 1976, uma delegação comandada pelo José Araújo, na qualidade da pessoa de crédito do, então presidente da Guiné-Bissau, Luís Cabral, composta por ministro de justiça, saúde e educação, esteve em Brasília/DF, reunido com os ministros e, então presidente do Brasil, Ernesto Geisel. Segundo esse presidente, o referido encontro, foi de grande valor político, uma vez que serviria do embrião de um processo de cooperação que se esperava ser amplo (EM BUSCA DE AJUDA, 1976 apud MBUNDE, 2018).

Em resposta, dois (02) meses depois (junho de 1976), o Brasil enviou uma missão técnica, liderada pelo embaixador Ítalo Zappa, composta por titulares dos ministérios da Agricultura, da Comunicação, de Saúde e de Educação e Cultura (MBUNDE, 2018; RIZZI, 2012). A missão teve a ocasião de identificar como demandas urgente, as seguintes: Área da educação – formação de professores para o nível primário e secundário, a criação da bibliotecas e filmotecas e a introdução do ensino pela rádio; Área de agricultura – suporte para produção frutícola, especialmente bananas, ananás e de cereais, como arroz, milho, feijão e soja; Área de pecuária – criação de Gado, leite e desenvolvimento de pastagem; além de laboratório da patologia animal e na extensão rural (COMUNICADO, 1976 apud RIZZI, 2012).

A visita do então chefe da diplomacia guineense, Vitor saúde Maria, em agosto de 1975, que depois cedeu a da comitiva comandada pelo Jose Araújo, pessoa de confiança do então presidente, Luís Cabral, composta por ministro de educação, da agricultura e de justiça, entre 22 de março a 02 de abril de 1976, culminando com a resposta da visita da missão técnica do Brasil, a Guiné-Bissau, em junho do mesmo, composta por representantes de ministérios de agricultura, da comunicação, da saúde e da educação e cultura, chefiado pelo embaixador Zappa, possibilitaram, em função das demandas identificada no país africano, levou a assinatura do “Acordo Básico da Cooperação Técnica e Científica - ABCTC”, anteriormente citado, em 18 de maio de 1978. Em linhas gerais, o referido acordo previa a cooperação Brasil-Guine-Bissau, nas áreas da educação, agricultura, intercâmbio de informações técnica e dentre outras (ACORDO BÁSICO, 1978 apud RIZZI, 2012; MBUNDE, 2018).

Ademais, é importante salientar que, na visão de Rizzi (2012), o referido acordo assinado, em 18 de maio de 1978, foi regedor das relações bilaterais, até a década de 2000, ou seja, pode ser considerado como uma meta *acordo* que orienta todos outros acordos, isso porque, foi a partir dele que surgiu toda base legal que fundamenta outros acordos, sem se esquecer da criação da comissão Mista Brasil-Guiné-Bissau.

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Nesta parte do trabalho, descrevemos os procedimentos metodológicos utilizados durante a realização da pesquisa. Entretanto, diante da pretensão de encontrar a resposta da questão da pesquisa e do alcance do objetivo proposto, justificamos a escolha das seguintes etapas metodológica:

Objetivo de estudo

De ponto de vista lexical, é possível entender objetivo como um fim a atingir, uma meta de pesquisa, propósito de pesquisa, ou seja, a finalidade de um trabalho de pesquisa, que indica o que o pesquisador vai desenvolver. Para Marconi et al (2002, p.24) toda pesquisa deve ter um objetivo determinado para saber o que se vai procurar e o que se pretende alcançar. Mattos (S/D, p.01), por sua vez, dando a ênfase da mesma, afirma que a definição de objetivo constitui uma condição *Sine qua non*, para desenvolver uma pesquisa científica. Desta forma, o nosso objetivo nesse trabalho, como afirmamos na introdução, é de identificar e compreender a política externa brasileira para com a Guiné-Bissau, na perspectiva técnica e educacional, entre o período de 2000 a 2010. Tal objetivo resulta de um levantamento feito, que mostra que a “cooperação voltada a área técnica representa cerca de 25% da Assistência Oficial Para Desenvolvimento – AOD. Fato que representa uma proporção significativa de fluxo de ajuda” (LOPES, 2005). Esse mesmo autor mostra que nos últimos cinquenta anos a cooperação técnica (incluindo a componente educacional), tem sido usado como instrumento de cooperação para o desenvolvimento, a fim de melhorar a capacidade humana e institucional, através de bolsas de estudo, capacitação de professores, gestores, dentre outras. A luz dessa reflexão, Mbunde (2018), salienta que, o início de ano 2000, pode assim, ser considerado como período de aceleração da cooperação internacional para o desenvolvimento do Brasil, em direção a África, especialmente a Guiné-Bissau.

Métodos de abordagem e Unidade de análise

Métodos de abordagens, pode ser percebido, assim, como conjuntos de técnicas utilizadas para o progresso de qualquer pesquisa científica (ANDRADE, 2001). Partindo dessa afirmativa e, ao mesmo tempo ir encontro à nossa questão de pesquisa e respectivo objetivo de estudo, recorreremos a pesquisa exploratório – dedutiva e, utilizando - se como procedimento, a pesquisa bibliográfica. Na percepção de Gil (2007), a pesquisa exploratória tem como objetivo possibilitar um maior conhecimento com o problema estudado, deixando - o mais claro ou construindo hipóteses. Geralmente, este tipo de pesquisa envolve paradigmas que instigam a compreensão, por meio de levantamentos bibliográficos. Também, permite ao pesquisador delimitar o seu problema de pesquisa e estabelecer suas hipóteses com maior exatidão.

Segundo Gil (2008), a pesquisa é caracterizada como dedutiva quando ela parte de uma questão mais abrangente, para depois centralizar sua análise na questão específica e/ou particular. De modo que, partimos da concepção dos teóricos, sobre a gênese das políticas externas e o seu conceito, para depois analisar, especificamente as do país latino americano para com o país situado na costa ocidental da África. E essa escolha se justifica em razão das características do próprio fenômeno a ser estudado.

De acordo com Lakatos et al (2010), a pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais (é o caso, por exemplo de trabalho de Mbunde, publicado em 2018, de Malomalo, em 2017, de Rizzi, em 2012 e dentre outros) e relevantes relacionados com o tema. Por

consequente, é indispensável a utilização e investigação dos principais autores dessa área.

Para que o objetivo da pesquisa fosse concretizado, elegemos como unidade de análise a Política Externa do Brasil para Guiné-Bissau, especialmente no campo Técnico e Educacional, entre o período de 2000 a 2010. Os dois países, têm uma história em comum, isto é, ambos são ex-colônias portuguesa, contudo, pertencem continentes diferentes. A República Federativa do Brasil – RFB, País localizado no continente Américo, concretamente no Sul, é delimitado pelo oceano Atlântico e no Norte pela Venezuela, Guiana, Suriname e pelo departamento ultramarino francês da Guiana Francesa; a noroeste pela Colômbia; a oeste pela Bolívia e Peru; a sudoeste pela Argentina e Paraguai e ao sul pelo Uruguai (IBGE, 2010). Como mostra a imagem abaixo:



Fonte: <https://www.google.com/search...>

A constituição promulgada em 1988, concebe este País, como uma República Federativa Presidencialista, formada pela união dos 26 estados, do Distrito Federal e mais de 5 (cinco) mil municípios. Pelo contrário, a Guiné-Bissau, constitui um país Africano, que, entretanto, situa na costa ocidental da África, limitado ao norte pela República do Senegal, a leste e a sul pela República

da Guiné-Conacri e a Oeste pelo Oceano Atlântico (SEMEDO, 2011). Como pode ver na imagem a seguir:



© Can Stock Photo - csp2455646

Fonte: <https://www.google.com/search...>

Do ponto de vista administrativa, o país supracitado é constituído por 08 (oito) regiões (estados), 38 (trinta e oito) setores (municípios), mais o setor autônomo de Bissau, que é capital do país (M'BUNDE, 2018).

No âmbito político, a Guiné-Bissau, apesar de uma longa luta de libertação nacional, foi a primeira colônia portuguesa, na África, a proclamar, unilateralmente, a Independência, no dia 24 de setembro de 1973, que, entretanto, foi reconhecida por Portugal no dia 11 de setembro de 1974, (SANGREMAN, et al; 2005). Fato importante a ser levado em consideração, é que, período antes do colono português reconhecer a independência do referido país africano, o país latino americano já havia reconhecido a independência deste país, no dia 18 de julho de 1974, sendo assim, um dos primeiros Estados a reconhecer a independência da ex-colônia portuguesa.

Técnica de Análise de Dados

Por ser uma pesquisa de cunho bibliográfico, resolvemos adotar a técnica de análise de conteúdo. Que, na visão de Engers (1994), se constitui um conjunto de métodos e instrumentos empregados na fase de análise e interpretação de dados de uma pesquisa, aplicando-lhe, de modo especial, ao exame dos materiais que vem debatendo as questões da pesquisa, isto é, livros, jornais, artigos científicos, monografias e dentre outros, com a finalidade de uma leitura crítica e aprofundada, que leva à descrição e interpretação desses materiais.

Para Bardin (2009), a referida análise possui 03 (três) momentos, sendo eles: pré –análise; a exploração do material e o tratamento dos resultados, isto é, a interpretação e as inferências. Para o mesmo autor, o primeiro momento consiste na determinação, ou na definição dos documentos que constituirão o corpus a serem analisados; o segundo, baseia na codificação e categorização dos materiais, com base no critério semântico, isto é, categorizar temáticas adequadas ao tipo de análise que se pretende realizar; e, o terceiro momento, é a fase da reflexão, da intuição e da interpretação dos materiais analisados.

Com base nisso, no primeiro momento do nosso trabalho, fizemos uma busca pelo tema em vários acervos oficiais e científicos, onde coletamos o máximo possível de material (livros, documentos oficiais, artigos científicos, monografias, dentre outros); no segundo momento, fizemos uma leitura flutuante com o objetivo de separar os materiais, em 02 (duas) categorias – as categorias dos materiais relevantes e as dos não relevantes. Os integrantes dessa última opção, não foram objeto da análise. E, os que integram a primeira opção, foram trabalhados, na forma de fichamento, após uma leitura minuciosa e, por último, isto é, no terceiro momento, fizemos a interpretação dos dados, a partir de interação com teorias que tratam do assunto. Portanto, a escolha dessa técnica, se justifica pela própria natureza do trabalho, como foi frisado, anteriormente.

Resultados e Discussões

Com intuito de simplificar o entendimento dos leitores deste artigo, sugerimos dividir esses resultados e discussões em 03 (três) momentos. Sendo que, o primeiro momento vai de 2000 a 2002, o segundo começa de 2003 a 2006 e o terceiro de 2007 a 2010. No entanto, é bom frisar que, essa divisão se justifica pela estratégia definida durante a elaboração do trabalho.

Entretanto, com base nas análises dos dados obtidos durante a pesquisa, constatamos que o ano 2000 representa o período de tamanha aceleração da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) do país sul americano, em direção a África, especialmente para Guiné-Bissau, (cf. MBUNDE, 2018, p. 160).

A afirmativa acima pode logo ser confirmada com a assinatura, em 05 de janeiro de 2001, de um Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo do Brasil e o Governo da Guiné-Bissau para

a implementação do projeto apoio ao "Programa de Doenças Sexualmente Transmissíveis e SIDA" (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES BRASILEIRA – MREB, 2017b). E, no ano seguinte, certamente no dia 31 de julho de 2002, foram assinados, em Brasília, 02 (dois) ajustes complementares, 01 (um), voltado a área de formação profissional e outro para a área de agricultura, entre o chefe da diplomacia brasileira, na pessoa de Celso Lafer e a sua homóloga de Guiné-Bissau, Filomena Mascarenhas Tipote. O primeiro ajuste visava apoiar o esforço da recuperação econômica da Guiné-Bissau e estimular o seu desenvolvimento, por meio de educação profissional, provendo, assim, a implantação de um "Centro de formação profissional e Promoção Social", em Bissau, além disso, ministrar cursos de alfabetização, saúde, nutrição, esportes e educação ambiental. O segundo, visava a criação do "Projeto de cultivo de arroz Irrigado" (RIZZI, 2012; MREB, 2017b). Confere o quadro 2

Quadro - 2: Acordos de Cooperação Técnica e Educacional, entre Brasil e Guiné-Bissau de 2000 a 2002

Acordo	Ano de Celebração	Área de Cooperação
Ajuste complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau para a Implementação do Projeto "Apoio ao Programa de Doenças Sexualmente Transmissíveis e SIDA"	05/01/2001	Área Técnica
Ajuste complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné Bissau, na Área da Formação Profissional, para a Implementação do Projeto Centro de Formação Profissional e Promoção Social de Bissau.	31/07/2002	Área Técnica e Educacional
Ajuste complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica na Área da Agricultura celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau, na Área da Agricultura, para a Implementação do Projeto Cultivo de Arroz Irrigado em Guiné-Bissau.	31/07/2002	Área Técnica e Educacional

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados obtidos

O quadro acima nos permite perceber que, entre o ano de 2000 a 2002, foram assinados 03 (três) acordos, dentre eles, 01 (um) especificamente na área técnica e os outros 02 (dois) englobam tanto a área técnica, como educacional.

Para o ano a seguir, isto é, em 3 de janeiro de 2003, o então chefe de Governo da Guiné-Bissau, o Primeiro Ministro Mário Pires, esteve presente na investidura do presidente, Luís Inácio Lula da Silva (RIZZI, 2012). Segundo Mbunde (2018), a presença do de Mário Pires nesse evento representa um marco simbólico do relançamento da política externa brasileira para este país da África ocidental. O autor citado aponta que em janeiro de 2005, o então responsável da pasta das relações exterior do Brasil, Celso Amorim, visitou a Guiné-Bissau. Essa visita, na percepção de Rizzi (2012), tinha como propósito programar a visita do então presidente Luís Inácio Lula da Silva, e estruturar os acordos a serem assinados. Com isso, em abril do mesmo ano, o então presidente Lula, esteve de visita nesse país. Para Mbunde (2018), essa visita do

presidente brasileiro simboliza a reafirmação da inserção desse país africano e da cooperação sul – sul, dentro da política brasileira de projeção global e regional.

Mbunde (2018) mostra que a referida visita representou não somente objetividade, como também simbolismo do aprofundamento e ampliação de cooperação com a Guiné-Bissau, em múltiplas áreas, tais como: saúde pública, agricultura e a formação profissional e superior.

Em 6 de junho de 2005, segundo Rizzi (2012), foi assinado um acordo no domínio de defesa, entre os 02 (dois) países. O referido acordo contemplou um programa que estendera, por 15 (quinze) anos, com ações que vão desde a formação dos músicos para a organização de banda militar, até as áreas de pesquisa e desenvolvimento, apoio logísticos e aquisições de produtos e serviços de defesa, compartilhando conhecimentos nas áreas de ciências e tecnologias, formação e treinamento dos pilotos, cursos diversos, operações e treinamentos conjuntos. No ano seguinte, isto é, em agosto de 2006, na área de energia, Brasil e Guiné – Bissau assinaram um memorando de entendimento inicial, no qual inclui, além da prospecção e exploração de petróleo e pesquisa de combustíveis alternativos, a possibilidade de desenvolvimento de mecanismo de cooperação nas áreas de produção de etanol, biodiesel e biomassa (RIZZI, 2012). Ver quadro 3, abaixo:

Quadro - 3: Acordos de Cooperação Técnica e Educacional, entre Brasil e Guiné-Bissau de 2003 a 2006

Acordo	Ano de Celebração	Área de Cooperação
Ajuste complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e Governo da República da Guiné-Bissau para Implementação do "Programa de Cooperação Internacional em HIV/AIDS - FASE II."	15/01/2005	Área Técnica e Educacional
Acordo técnico no domínio defesa e segurança, desde a formação dos músicos para a organização de bandas militar, até as áreas de pesquisa e desenvolvimento, apoio logísticos e aquisições de produtos e serviços de defesa.	06/06/2005	Área Técnica e Educacional
Acordo de prospecção e exploração de petróleo e pesquisa de combustíveis alternativos, a possibilidade de desenvolvimento de mecanismo de cooperação nas áreas de produção de etanol, biodiesel e biomassa.	SD/08/2006	Área Técnica

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados obtidos

Também, é possível constatar, no quadro acima, que o período entre 2003 a 2006, foram assinados 03 (três) acordos de cooperação, dentre eles, 02 (dois), abarcando a área técnica e educacional e 01 (um), especificamente na área técnica. Entretanto, no ano seguinte, isto é, em 09 de fevereiro de 2007, os 02 (dois) governos assinaram um acordo, em prol do Programa de Trabalho em Matéria de Educação Superior e Ciência.

Em 9 de novembro de 2007, no quadro interinstitucional, os governos brasileiro e guineense assinaram um memorando de entendimento, com vista ao Fortalecimento da Administração Pública na Guiné-Bissau. Após a assinatura

desse acordo, no dia 14 de novembro de 2007, no âmbito agrícola, os 02 (dois) governos assinaram 02 (dois) acordos. 01 (um), voltado a Implementação do Projeto "Apoio ao Fortalecimento do Centro de Promoção do Caju na Guiné-Bissau" e o segundo voltado para a Implementação do Projeto de "Transferência de Conhecimento e Capacitação Técnica para Segurança Alimentar e Desenvolvimento do Agronegócio na Guiné-Bissau", (MREB, 2017b). Ainda segundo dados de Ministério das relações exterior brasileira (2017b), no âmbito da saúde, na mesma data, foi assinado um outro acordo entre 02 (dois) governos, tendo como finalidade a implementação do projeto "Apoio ao Programa de Prevenção e Controle da Malária na Guiné-Bissau".

No âmbito castrense, o Brasil se configura como um dos parceiros tradicionais da Guiné-Bissau, pelo menos na matéria da formação, (MBUNDE, 2018). Em julho de 2008, a Agência brasileira de inteligência formou 30 (trinta) oficiais da força armada guineense. Em novembro do mesmo ano, um número considerável de policiais guineense de beneficiaram de um curso de formação, em Brasília, nas instalações da academia nacional da polícia federal brasileira, (RIZZI, 2012). Vale notar que, em junho do mesmo ano, na esfera da Política Administrativa, os 02 (dois) governos assinaram um Ajuste Complementar para a Implementação do Projeto de "Fortalecimento da Assembleia Nacional Popular de Guiné-Bissau", (MREB, 2017b). Segundo essa mesma fonte, em agosto do mesmo ano, no campo interinstitucional, foi assinado um acordo do Programa Executivo, relativamente a Implementação do Projeto de "Fortalecimento da Gestão Pública na Guiné-Bissau". Ademais, o autor citado mostra que, em 12 de setembro do ano, Brasil e Guiné-Bissau assinaram um acordo no domínio educacional e esporte. Esse acordo visa a Implementação do Projeto de "Apoio à Reestruturação dos Cursos de Educação Profissional em Contabilidade e Administração do Centro de Formação Administrativa da Guiné-Bissau".

Em 2009, de novo, o então Chefe da diplomacia brasileira, Celso Amorim, visitou o país africano (MBUNDE, 2018). Segundo esse autor, a visita do chanceler serviu para reafirmar a predominância dos 03 (três) setores tradicionais da cooperação dos 02 (dois) países: saúde, agricultura e educação. Comparativamente, dentre os 03 (três), o último setor apresenta mais benefício que os 02 (dois) primeiros, especialmente com o aumento significativo do número de vagas anuais oferecidas nos programas PEC – G (Programa de Estudante Convênio de Graduação) e PEC – PG (Programa de Estudante Convênio de Pós-Graduação). Nessa visita o chanceler Amorim foi acompanhado por 03 (três) representantes das mais importantes agências da cooperação brasileira, nomeadamente, Fiocruz – na Saúde; Embrapa – na Agricultura e Capes – na Educação. Essa visita terminou com a assinatura de assinaturas de diversos acordos e projetos de cooperação, a saber: no domínio de saúde pública – com destaque ao programa de combate ao VIH/AIDS; no campo da Agricultura e Alimentação, salienta-se a implementação de uma unidade de procedimento do pedúnculo de caju e outros frutos tropicais e, por último, na área da educação, continua predominando a agenda da parceria. E, em dezembro de 2009, no quadro da segurança pública, os dois (02) governos assinaram um acordo de Ajuste Complementar para Implementação do Projeto "Centro de Formação das Forças de Segurança da Guiné-Bissau", (MREB, 2017b). Observe o quadro 4.

Quadro - 4: Acordos de Cooperação Técnica e Educacional, entre Brasil e Guiné-Bissau de 2007 a 2010.

Acordo	Ano de Celebração	Área de Cooperação
Programa de Trabalho em Matéria de Educação Superior e Ciência no Âmbito do Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau	09/02/2007	Área Educacional
Memorando de Entendimento para Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau com vistas ao Fortalecimento da Administração Pública na Guiné-Bissau	09/11/2007	Área Técnica
Ajuste complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau para Implementação do Projeto "Apoio ao Fortalecimento do Centro de Promoção do Caju na Guiné-Bissau"	14/11/2007	Área Técnica e Educacional
Ajuste complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau para Implementação do Projeto "Transferência de Conhecimento e Capacitação Técnica para Segurança Alimentar e Desenvolvimento do Agronegócio na Guiné-Bissau	14/11/2007	Área Técnica e Educacional
Ajuste complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau para Implementação do Projeto "Apoio ao Programa de Prevenção e Controle da Malária na Guiné-Bissau	SD/11/2008	Área Técnica e Educacional
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau para a Implementação do Projeto "Fortalecimento da Assembleia Nacional Popular Bissau Guineense.	SD/06/2008	Área Técnica e Educacional
Programa Executivo relativo ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República da Guiné Bissau e o Governo da República Federativa do Brasil para a Implementação do Projeto "Fortalecimento da Gestão Pública na Guiné-Bissau	SD/08/2008	Área Técnica
Programa Executivo Relativo ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau para a Implementação do Projeto "Apoio à Reestruturação dos Cursos de Educação Profissional em Contabilidade e	12/09/2008	Área Técnica e Educacional

Administração do Centro de Formação Administrativa da Guiné-Bissau.		
--	--	--

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados obtido.

Em agosto de 2010, além dos números de vagas aumentadas nas universidades federais brasileira, em favor dos estudantes guineenses para cursarem o ensino superior, os governos brasileiro e guineense assinaram um memorando, que teve como finalidade subsidiar a reestruturação da universidade pública da Guiné-Bissau, conhecido como Universidade Amílcar Cabral. Essa assinatura motivou, posteriormente, a visita do Professor Paulo Speller, na qualidade de então reitor da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB, ao país africano, com o intuito de avançar com a implementação do referido projeto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política externa é entendida como conjunto de objetivos, estratégias e instrumentos que os decisores dotados de autoridade escolhem e aplicam às entidades externas a sua jurisdição política, bem como os resultados não intencionais dessas mesmas ações. O presente artigo tem como objetivo identificar e compreender as políticas externas do Brasil para a Guiné-Bissau, especialmente na seara técnica e educacional, entre o período de 2000 a 2010. Esperamos que este trabalho traga uma contribuição para os apaixonados pela temática das políticas externas, bem como para a opinião pública nacional e internacional.

Entretanto, as discussões promovidas no texto, permite-nos entender que o Estado não constitui o único ator no desenho da política externa, e nem da sua expansão. Existem outros atores, tanto nacionais, isso no âmbito infra estatal, como internacionalmente, isso já no âmbito supra estatal. Por outro lado, também permite-nos entender que, há uma forte relação entre a política externa e política interna, ou seja, a própria política externa é condicionada pela política interna. Essa condicionalidade ocorre na medida em que se considera que cada país tem as suas metas, seus objetivos, a suas preferências. Portanto, serão esses elementos que vão orientar a formulação das suas políticas externas.

Por outro lado, podemos perceber que a política externa e cooperação internacional para o desenvolvimento, constituem 02 (dois) assuntos diferentes, não obstante existe uma relação intrínseca entre si. As discussões permitem-nos ter um entendimento de que a emergência da cooperação sul-sul deve-se não somente a necessidade de fortalecimento e da melhoria das relações econômicas entre os países em desenvolvimento, mas tem a ver com a própria característica vertical que marca a cooperação Norte-Sul que, de certa forma, desagradava um número considerável dos países do sul.

Conclui-se, a partir do estudo, que no âmbito das relações de cooperação Sul-Sul, o Brasil é um dos principais atores entre os membros da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa - CPLP e, igualmente, um parceiro gigantesco da Guiné-Bissau no plano da cooperação internacional para o desenvolvimento, pois este último é um dos principais beneficiários dessa cooperação, sobretudo a partir da sua aceleração em 2000.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: Elaboração de trabalhos na graduação. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, LDA, 2009.
- CORREA, Marcio Lopes. **Prática Comentada da Cooperação Internacional**: entre a hegemonia e a busca de autonomia. Brasília, DF: Edição do Autor, 2010.
- EDMONSON, Locksley. **A África e as Regiões em vias de Desenvolvidos**. História Geral da África, VIII: África desde 1935. Brasília: UNESCO, 2010.
- ENGERS, Maria Emília. Paradigmas e Metodologias de Pesquisa em Educação: Notas para Reflexão. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994.
- FREIRE, Maria Raquel; VINHA, Luís. **Política externa**: modelos, atores, dinâmicas, in M. R. Freire (org.) Política Externa: As Relações Internacionais em Mudança. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 13-54. 2011.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, Pag. 200, 2010.
- HARTMANN, F. H. **The relation of nations**. New York; Macmillan; 1962.
- HELENO, Gurjão Bezerra. **A Política Externa do Governo Lula**: A Experiência a da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB, dissertação do Mestrado em políticas públicas e sociedade – Centro de Estudo de Ciências Sociais Aplicada, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2014.
- HERMANN, C. (1990) «**Changing Course: When Governments Choose to Redirect Foreign Policy**», *International Studies Quarterly*, 34(1), 3-21.
- HUDSON, V. e VORE, C. «**Foreign Policy Analysis Yesterday, Today, and Tomorrow**», *Mershon International Studies Review*, 39(2), 209-238. 1995.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Evolução da Divisão Territorial do Brasil 1872-2010**. 2010. Disponível em: <
https://www2.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_evolucao.shtm. Acesso no dia 20/04/2019.
- JUBRAN, B. Mariotto; LEÃES, R. Fagundes; VALDEZ, R. Coelho. **Relações internacionais**: conceitos básicos e aspectos teóricos. Porto Alegre, maio de 2015.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de Metodologia Científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- LANCASTER, Carol. **Foreign Aid**. Diplomacy, Development Domestic Politics. The University of Chicago. Pag. 12-18, 2007.

- LEITE, Patrícia Soares. **O Brasil e a Cooperação Sul-Sul em três momentos de Políticas Externas: O Governo Jânio Quadros/ Joao Goulard, Ernesto Geisel e Luís Inácio Lula da Silva.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.
- LOPES, Carlos. **Cooperação e desenvolvimento humano: A Agenda emergente para o novo milênio.** São Paulo: Editora – Unesp, 2005.
- MALOMALO, Bas Ilele; MARTINS, E. Simão; FREIRE, J. C. da Serra (Orgs.). **África Migrações e suas Diásporas: Reflexões sobre a Crise Internacional, cooperação e Resistências desde o sul.** Porto Alegre: Editora Fi, 2017.
- MARCONI, M. A. & LAKATOS, E.M. **Técnicas de pesquisa: planejamento, execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- MARTINUSSEN, John Degnbol; PEDERSEN, Poul Engberg. **Aid: Understanding International Development Cooperation.** London: Zed Books, 2003.
- MATTOS, Sandra. **Como Elaborar Objetivos de Pesquisa.** Unesav, S/D. Disponível em <http://unesav.com.br/ckfinder/userfiles/files/Como%20elaborar%20Objetivos%20de%20Pesquisa.pdf>. Acesso no dia 08/04/2019.
- MORGENTHAU, H. Joachim. **The nature and Limite of a Theory of international Relation.** In: FOX W. T. R. Org. Theoretical aspect of international relation. Notre Dame, Ind., Univer. Of Notre Dame Press, 1959.
- MBUNDE, Timóteo Saba. **As políticas Externas brasileiras e chinesa para a Guiné-Bissau em abordagem comparada 1974-2014.** Rio de janeiro: Gramma, 2018.
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIOR DO BRASIL. **Atos internacionais do Brasil com a Guiné-Bissau.** Disponível em: <https://concordia.itamaraty.gov.br/pesquisa-rapida/resultados?IdEnvolvido=132&Pagina=1>. Acesso em: 19 de outubro de 2017.
- PUENTE, Carlos. **A Cooperação Técnica Horizontal brasileira como Instrumento de Política Externa: A evolução da cooperação técnica com os países em desenvolvimento (CTPD), no Período de 1995-2005.** Brasília: FUNAG, 2010.
- RICHARDSON, Roberto, J. **Pesquisa Social.** 3, ed. São Paulo. Atlas, 1999.
- RIZZI, Kamila Raquel. **O Grande Brasil e os Pequenos PALOP: As políticas externas brasileiras para Cabo-Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe 1974-2010.** Porto Alegre: UFGRS, 2012.
- ROESCH, Sylvia, M. A. **Projeto de Estágio e da pesquisa em administração.** 3, ed. São Paulo, Atlas. 2005.
- ROSATI, J. (1994) Cycles in Foreign Policy Restructuring: The Politics of Continuity and Change in US Foreign Policy. In Rosati, J; Hagan, J e Sampson III, M. (org), **Foreign Policy Restructuring: How Governments Respond to Global Change.** Columbia, South Carolina: University of South Carolina Press, 221-261.
- ROSE, Gidion. **Neoclassical Realism and Theories of Foreign Policy.** World Politics; Vol.51; Num. 01; Pag. 144-172; 1998.
- ROSENAU, J. ed. **Linkage Politics: Essays on the Convergence of the National and International Politics.** New York: Free Press, 1969.
- SANGREMAN, C; JÚNIOR, F. Sousa; ZEVEIRINO, G. BARROS, Miguel. **A evolução política recente na Guiné Bissau - As eleições presidenciais de 2005 - os conflitos - o desenvolvimento - a sociedade civil.** Lisboa. 2006. Disponível em:<

https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/1395/1/cesa_doc_trab_70.pdf >.
Acesso no dia 20/04/2019.

SEMEDO, Maria Odete da Costa. **Guiné-Bissau: histórias, culturas, sociedade e literatura.** Belo Horizonte: Nadyala, 2011.

SILVEIRA, A. F. Azeredo. **O pragmatismo responsável na visão da diplomacia e da academia.** Sérgio Eduardo Moreira Lima. Brasília, FUNAG, 2018.

SPROUT, H. Hance; SPROUT, Margaret. **Foundation of international Politics.** Princeton: Van Nostrand, 1962.

TOMAZINI, R.C. **Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e Cooperação Sul - Sul:** uma análise comparativa de seus princípios e desafios de gestão. Carta Internacional, v. 12, n. 1, p. 28-48, 2017a.